

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PROC. N° TST-E-RR-102.579/94.9

A C Ó R D Ã O (Ac.SDI-2821/96) MMF/r/p

> EMENTA - ANISTIA - EMENDA CONSTITUCIO-NAL N° 26/85 - EFEITOS FINANCEIROS -Como a anistia só poderia ser concedida, evidentemente, a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 26/85, pois foi ela a lei que facultou essa espécie de perdão jurídico, e como nela não se estabeleceu que os efeitos financeiros seriam devidos a partir da readmissão do anistiado, a única conclusão que se impõe pela lógica é de que, por mais que seja retardada, a readmissão gerará efeitos a partir da vigência da lei que a ensejou. É o único marco a que a lei se refere. A lei em tela, como qualquer outra, não pode ser interpretada como se quisesse estimular o descumprimento do nela contido. E de apenamento do anistiado não se pode cogitar porque todas as providências para a sua readmissão cabem à entidade de que fora desvinculado. Embargos desprovidos.

RELATÓRIO

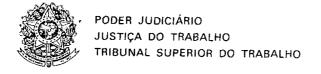
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-102.579/94.9, em que é Embargante FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA e Embargado LUIZ RODRIGUES (ESPÓLIO DE).

A egrégia Primeira Turma conheceu do Recurso de Revista da Reclamada e, no mérito, negou-lhe provimento (fls.105/106).

Inconformada, a Reclamada opôs os Embargos de fls.108/119, alegando violação de lei e trazendo aresto para confronto de teses.

Os Embargos foram admitidos pelo v. despacho de fl.125. Impugnação ofertada às fls.125/136.

e e la



PROC. N° TST-E-RR-102.579/94.9

A d. Procuradoria-Geral, em parecer da lavra da ilustre Dra. Terezinha Viana Gonçalves, opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso (fls.139/140).

É o relatório.

VOTO

CONHECIMENTO

ANISTIA - EFEITOS FINANCEIROS

A v. decisão embargada sintetizou seu entendimento na seguinte ementa, à fl.105:

-"ANISTIA - EFEITOS FINANCEIROS - Os efeitos financeiros, decorrentes da anistia concedida pela Emenda Constitucional 26/85, originam-se a partir da sua promulgação".

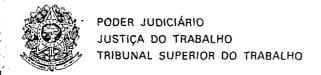
A Embargante aponta ofensa aos arts. 4° , § 5° , da Emenda Constitucional n° 26/85, 8° do ADCT e 1° e 2° do Decreto n° 92.768/86. Traz, ainda, um aresto para configuração de divergência jurisprudencial (fl.118).

Quanto ao art. 4°, § 5°, da EC n° 26/85, não o tenho por violado de forma frontal e direta porque o que o dispositivo constitucional veda é a retroação dos efeitos financeiros a data anterior à da promulgação da EC, não aludindo a outro marco, qual o da readmissão.

Por seu turno, a violação do art. 8° do ADCT carece de prequestionamento (Enunciado 297/TST).

Os arts. 1° e 2° do Decreto n° 92.768/86 nada tem a ver com a controvérsia em foco, de simples estabelecimento do marco para que se operem os efeitos financeiros da anistia.

w.las



PROC. N° TST-E-RR-102.579/94.9

Todavia, o aresto colacionado à fl. 118 (ÍNTEGRA - fls.120/121) autoriza o conhecimento dos Embargos por divergência jurisprudencial.

Conheço por divergência.

MÉRITO

Segundo o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro - 12ª edição, fl.388, "na readmissão permite-se a volta do ex-funcionário ao serviço público (não ao cargo), sem direito a qualquer indenização, contando-se, apenas, o tempo de serviço efetívamente prestado anteriormente".

E prossegue o ilustre jurista:

-"Na reintegração, reconhece-se que a pena de demissão foi ilegal, em razão desse reconhecimento, restauram-se todos os direitos do demitido, com o seu retorno ao cargo e ao pagamento das indenizações devidas".

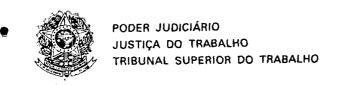
Semelhante entendimento tem tido aplicação no campo do Direito do Trabalho, em que a reintegração, ao contrário da readmissão, assegura o direito aos salários dos períodos de afastamento, com todas as vantagens.

O artigo 4º da Emenda Constitucional nº 26/85 fala em readmissão ou reversão, estabelecendo, como limite para a retroação dos efeitos pecuniários, a data da promulgação da referida Emenda.

Não me parece difícil a interpretação da Emenda Constitucional n° 26 no tocante aos efeitos financeiros decorrentes da readmissão ou reversão de servidor beneficiado por anistia.

Se a ANISTIA foi concedida pela E.C. nº 26, não poderia ocorrer readmissão ou reversão anterior a ela, pelo menos em razão da anistia nela prevista.

wertens



PROC. N° TST-E-RR-102.579/94.9

Ora, se se fixou, como limite para os efeitos financeiros, a data da promulgação da EMENDA (§ 5° do art.4°), o que estava em mira não era a readmissão anterior a ela (porque legalmente impossível), mas a posterior. Esse raciocínio, "data venia", é o único recomendado pela lógica.

Finalmente, se se pretendia estabelecer outro marco, que não o da promulgação da EMENDA, só poderia ser o da readmissão. No entanto, desse outro marco não se cogitou.

Tem-se, então, que, efetivada a readmissão ou a reversão (que só poderia dar-se após a E.C. n° 26), os efeitos financeiros só seriam devidos, retroativamente, a partir da data da promulgação dela (28.11.85).

Pelo exposto,

Nego provimento aos embargos.

ISTO POSTO:

A C O R D A M os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer os embargos por divergência jurisprudencial, mas rejeitálos. Impedido o Excelentíssimo Senhor Ministro Luciano de Castilho Pereira.

Brasília, 13 de maio de 1996.

JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA - Presidente

MANOEL MENDES DE FREITAS - Relator

DIANA ISIS PENNA DA COSTA - Procuradora Regional do Trabalho.

K:\DISS_IND\RR102579.SAM

Ciente: